



# Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Conforme especificações contidas no Documento de Oficialização da Demanda (Documento PAD nº 31.539/2022), o objeto desta contratação é a aquisição da capacitação “IX Congresso Nacional de Arquivologia 2022”

### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender ao disposto no Artigo 17 da Portaria TRE-CE nº 636/2020 que regulou o 2º Prêmio de Boas Práticas da Justiça Eleitoral do Ceará. A servidora Maria Maryane Lima Parente foi contemplada com o 1º Lugar das práticas mais votadas, sendo-lhe concedido o prêmio de um curso de capacitação com carga horária de até 40 horas, em qualquer lugar do Brasil, com passagens e diárias pagas pela Administração.

### 3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A presente contratação está prevista na Portaria TRE-CE nº 636/2020 que regulou o 2º Prêmio de Boas Práticas da Justiça Eleitoral do Ceará.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos específicos para a presente contratação constarão do Projeto Básico

### 5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE SERVIÇOS

O Congresso Curso acontecerá de forma presencial, com duração de 40 horas,

### 6 LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O evento foi indicado pela servidora que faz jus ao usufruto da premiação no 2º Prêmio Boas Práticas no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará”.

### 7 ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇO REFERÊNCIA

O custo total da demanda com a inscrição é de R\$ 300,00 (trezentos reais).



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

### **8 PARCELAMENTO DOS MATERIAIS**

Não se justifica o parcelamento da contratação, por se tratar de um Congresso

### **9 JUSTIFICATIVA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Oportunidade de reunir profissionais da área de Arquivologia, em âmbito nacional e internacional, em um só lugar, suscita o interesse em compartilhar conhecimentos decorrentes de pesquisa acadêmica e melhores práticas visando registrar os avanços e perspectivas da Arquivologia no Brasil. Considerando que o IX Congresso Nacional de Arquivologia constitui-se de plenárias, eventos paralelos, comunicações orais e apresentações de recursos expandidos, justifica-se a elaboração de diretrizes para submissão e avaliação de trabalhos à Comissão Científica.

### **10 PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

Será necessária a autorização das diárias e emissão das passagens.

### **11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE**

Não há no âmbito deste Tribunal contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

### **12 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição pretendida é viável e adequada ao cumprimento da Portaria TRE-CE nº 636/2020 que regulou o 2º Prêmio de Boas Práticas da Justiça Eleitoral do Ceará.. Os estudos preliminares evidenciam que a contratação do IX Congresso Nacional de Arquivologia 2022 mostra-se possível tecnicamente, e fundamentalmente necessária.

### **13 Equipe de Planejamento da Contratação**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 23/02/2022 08:04:08

Por: FRANCISCO EDNARDO CARNEIRO DE ALMEIDA e outros

TRE



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

<b>Integrante Demandante</b>	Maria Maryane Lima Parente
<b>Integrante Técnico</b>	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida Flávia Helena Bezerra Costa Glavão
<b>Integrante Administrativo</b>	Giovanna Luna Araujo Vinhas

### Mapa do Gerenciamento dos Riscos

<b>Objeto</b>	Aquisição da capacitação em IX Congresso Nacional de Arquivologia 2022
<b>Fase da Análise</b>	Planejamento da contratação e Seleção do fornecedor

	Risco 1 – Não fazer a Contratação		
Probabilidade	(x ) Baixa ( ) Média Alta ( )		
Impacto	( ) Baixo ( x ) Médio Alto ( )		
Dano	Não cumprimento da Portaria TRE-CE nº 636/2020		
Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco			
Ações	Providenciar o Termo de Referência para propiciar a contratação	Responsável:	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida
Estratégia de contingência caso o risco se concretize			
Ações	Repetir o procedimento de inexigibilidade de licitação, sanando as irregularidades da contratação.	Responsável:	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida